

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

MARCELO JOSÉ DE AQUINO

**DETERMINANTES ECONÔMICOS NO TESTE DE
RECUPERABILIDADE E RECONHECIMENTO DE PERDAS PARA
ATIVOS NÃO CIRCULANTES E DE LONGA DURAÇÃO**

**VITÓRIA
2018**

MARCELO JOSÉ DE AQUINO

**DETERMINANTES ECONÔMICOS NO TESTE DE
RECUPERABILIDADE E RECONHECIMENTO DE PERDAS PARA
ATIVOS NÃO CIRCULANTES E DE LONGA DURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Orientador: Professor Dr. Aziz Xavier Beiruth

**VITÓRIA
2018**

MARCELO JOSÉ DE AQUINO

**DETERMINANTES ECONÔMICOS NO TESTE DE
RECUPERABILIDADE E RECONHECIMENTO DE PERDAS PARA
ATIVOS NÃO CIRCULANTES E DE LONGA DURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: AZIZ XAVIER BEIRUTH

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

Prof. Dr.: SILVANIA NERIS NOSSA

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

Prof. Dr.: FÁBIO YOSHIO SUGURI MOTOKI

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

Dedico este trabalho à minha esposa Ana Paula, minha filha Letícia, minha irmã Ana Maria e aos meus pais Octávio e Maria Neide, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha família pelo apoio incondicional ao longo do curso, meus colegas do mestrado, em especial os companheiros de viagem (Camilo, Edilson e Ronivaldo).

À KPMG e aos profissionais dos escritórios de Goiânia e Brasília que me apoiaram para que eu pudesse obter êxito nessa missão.

À FUCAPE, professores (as) pelos ensinamentos e meu orientador Professor Aziz Xavier Beiruth.

RESUMO

Na análise das demonstrações contábeis, existe a preocupação dos usuários que estas reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira das Companhias, principalmente em momentos de crise econômica. Este trabalho verifica empiricamente se determinados indicadores econômicos no período de 2010 a 2017 tiveram relevância na execução do teste de recuperabilidade e reconhecimento de perda por desvalorização. Utilizei empresas que fizeram parte do IBOVESPA, e a metodologia consistiu em verificar se no período citado as variações na Taxa Selic, PIB e Risco País, impactaram no teste de recuperabilidade, bem como se a variação na receita, variação no retorno sobre os ativos e a relação do valor de mercado da Companhia em relação ao patrimônio contábil impactaram no reconhecimento de perda por desvalorização. Os resultados obtidos na pesquisa não apresentaram significância estatística para o teste de recuperabilidade. Também não identifiquei significância estatística no reconhecimento de perda, embora fosse de se esperar uma redução no valor dos ativos conforme Prakash (2010).

Palavras-chave: Teste de recuperabilidade; valor recuperável; ativos de longa duração; indicadores econômicos; perda.

ABSTRACT

When conducting an analysis of the financial statements, stakeholders are concerned if these financial statements appropriately reflect the financial position of the Companies, especially in periods of economic crisis. This work empirically verifies whether certain economic indicators were relevant in the performance of the impairment test and recognition of impairment loss for the period from 2010 to 2017. I considered data from companies included in IBOVESPA and the methodology consisted in verifying whether during the period aforementioned the variations in Selic Rate, GDP and Country Risk impacted the impairment test, as well as whether the change in revenue, returns on assets and the Company's market value compared to the equity value impacted the recognition of impairment losses. The results obtained in the analysis have not presented statistical significance for the impairment test. I also did not identify statistical significance in the recognition of impairment losses, although an impairment of assets would be expected according to Prakash (2010).

Keywords: Impairment test; recoverable value; non-current assets; economic indicators; impairment.

SUMÁRIO

Capítulo 1	8
1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 2	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL – LEI 11.638/07	12
2.2 DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA DOS ATIVOS NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS	14
2.3 MENSURAÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES E DE LONGA DURAÇÃO	14
2.4 IMPACTOS ECONÔMICOS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NA MENSURAÇÃO DOS ATIVOS	16
2.5 TESTE DE RECUPERABILIDADE	17
2.5.1 Visão geral	17
2.5.2 Experiência internacional	18
2.5.3 As regras para implementação do teste de recuperabilidade no Brasil	19
2.6 CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM ...	23
2.6.1 Demonstrações verdadeiras e fidedignas	23
2.6.2 Visão da CVM sobre o teste de recuperabilidade	24
2.7 INDICADORES DE DESVALORIZAÇÃO	24
2.7.1 Indicadores econômicos – Taxa Selic, Produto Interno Brasileiro (PIB) e Risco País	25
2.7.2 Valor de mercado das Companhias versus patrimônio contábil	28
2.8 HIPÓTESES	29
Capítulo 3	30
3 METODOLOGIA	30
3.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA	30
3.2 VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA CADA EMPRESA	32
3.3 MODELO DE REGRESSÃO	32
3.4 VARIÁVEL DEPENDENTE	34
3.5 VARIÁVEIS DE CONTROLE	35
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	36
Capítulo 5	39
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	42

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Quando existe evidência de redução do valor de mercado de algum ativo ou de que trará benefícios menores do que previsto, diz-se que o ativo sofreu uma perda e, portanto, a empresa deve reconhecê-la nas demonstrações contábeis. (STICKNEY & WEIL 2001 pag. 407)

O valor dos ativos é recuperado por meio do seu uso e ou venda. As perdas com redução do valor dos ativos estão relacionadas à redução nessa capacidade de geração de caixa que pode derivar, dentre outros fatores, da obsolescência, forma de uso, e fatores econômicos que diminuem o fluxo de caixa. (SUN, XU 2010)

Dado a relevância dos ativos na formação dos resultados das Empresas e na avaliação dos usuários das demonstrações contábeis, estariam os indicadores econômicos adversos que vivenciamos no Brasil no período de 2010 a 2017 refletidos no teste de imparidade e no reconhecimento de eventual perda?

Os responsáveis pela preparação de divulgação das demonstrações contábeis devem assegurar que seus ativos não estejam reconhecidos por valor superior aos seus benefícios por meio da aplicação do teste de recuperabilidade. (BASU, 2017). Esse teste foi introduzido para garantir que o valor contábil de um ativo reconhecido no balanço não exceda o seu valor recuperável. No Brasil, o teste de recuperabilidade requerido no processo de convergência das práticas contábeis (Lei 11.638/07) está previsto no pronunciamento contábil CPC 01(R1) – Valor recuperável de ativos.

A necessidade do teste de recuperabilidade na existência de indicadores de desvalorização com eventual reconhecimento de perda é ressaltada nos comunicados

anuais emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (01/2016, 01/2017 e 01/2018). No comunicado 01/2018 por exemplo, a CVM ressalta que devido ao cenário econômico, com retração econômica, diversas evidências externas sugerindo incertezas quanto à recuperação de capital investido em ativos, se faz necessário realizar o teste de recuperabilidade para ativos tangíveis e intangíveis, em especial o “goodwill” e, em sendo o caso, reconhecer perdas por desvalorização tempestivamente. Enfatiza que afinal, aquisições de participações societárias realizadas há 05 (cinco) exercícios sociais passados, por exemplo, indicativas de lucros futuros acima do esperado atualmente, dada a conjuntura econômica presente, dificilmente apresentarão os mesmos fundamentos.

Também, conforme pesquisa feita em 2017 pelo Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON - sobre o primeiro ano de divulgação do novo relatório de auditoria alterado para o exercício de 2016, foi apurado que o teste de recuperabilidade representou o assunto com maior relevância apontado pelos auditores em seus relatórios aparecendo em 32%.

Nesse contexto, este trabalho avalia empiricamente se determinados indicadores econômicos adversos no período de 2010 a 2017 foram determinantes para execução do teste de recuperabilidade e reconhecimento de eventual perda pelas empresas pertencentes ao IBOVESPA.

Para fins desta pesquisa, os ativos não circulantes e de longa duração no alcance do pronunciamento CPC 01 (R1) estão representados por ativos intangíveis em uso ou não, ativo imobilizado e participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto.

No período de 2010 a 2017, as pesquisas nacionais divulgadas, tratam mais especificamente sobre questões relacionadas aos aspectos da qualidade das

divulgações requeridas pelo pronunciamento contábil CPC 01 – (R1). (SILVA, MARQUES, SANTOS, 2009; CARVALHO, COSTA, OLIVEIRA, 2010; TAVARES et al., 2010; PONTE, 2011).

Até onde pude observar, nenhuma pesquisa brasileira tratou sobre a influência de um conjunto de indicadores econômicos no teste de recuperabilidade e no reconhecimento de eventual perda para os ativos descritos anteriormente, exceto Campagnoni (2017), que avaliou especificamente a influência das taxas de juros de curto prazo no teste de recuperabilidade de ativos de longo prazo, bem como a correlação da provisão efetuada para as empresas de capital aberto em 52 países.

Pesquisas internacionais tratam mais especificamente sobre a aplicação pela primeira vez do pronunciamento americano SFAS 121 *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets*, e o pronunciamento internacional IAS 36 - *Impairment test*, como destaque para o teste de recuperabilidade para empresas com goodwill.

Uma pesquisa internacional semelhante em alguns aspectos ao tema aqui desenvolvido foi feita por Peetathawatchai e Acaranupong (2012), que trataram de verificar em sua pesquisa se indicadores econômicos estavam associados ao reconhecimento de perdas decorrentes do teste de recuperabilidade nas empresas listadas tailandesas. Eles encontraram evidências de que as perdas com a recuperabilidade estavam associadas com 3 (três) níveis: macroeconômico, indústria de atuação e mensurações específicas em conformidade com o IAS 36 – *Impairment test* (Base do pronunciamento - CPC 01 – R1). Esses resultados também indicaram a existência do reconhecimento de perdas com recuperabilidade para suavizar os resultados quando lucros são maiores.

Com o processo de convergência das práticas brasileiras com as internacionais, indicadores econômicos ficaram mais relevantes e necessários, na

aplicação de determinadas práticas contábeis, com destaque para a adoção do valor justo. Dessa forma, considerando o cenário econômico vivenciado após a implementação das normas (2010), preocupação da Comissão de Valores Mobiliários, e relevância do assunto para os auditores independentes e demais usuários das demonstrações contábeis, entendo existir uma lacuna na pesquisa com empresas brasileiras, para avaliar se indicadores econômicos adversos impactaram no teste de recuperabilidade e no reconhecimento de perdas.

Devido a relevância e volume de negociações, foram selecionadas somente as empresas participantes do IBOVESPA pelo menos em 5 anos consecutivos no período 2010 a 2017.

Este trabalho contribui para: melhorar a capacidade de avaliação dos usuários das demonstrações contábeis sobre o teste de recuperabilidade; auxiliar os órgãos reguladores na fiscalização e na melhor divulgação do teste e da perda constituída quando aplicável; e ajudar os auditores na avaliação dos testes executados.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL – LEI 11.638/07

No Brasil, antes de promulgação da Lei 11.638/07 as informações produzidas tinham um forte vínculo com a contabilidade fiscal, baseada em regras para atender aos órgãos fiscalizadores de impostos como a Receita Federal do Brasil e diversos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) entre outros e não para prover informações aos investidores e credores (LOPES, 2011). Esse modelo contábil brasileiro era muito diferente dos principais modelos utilizados até então como as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas contábeis americanas (USGAAP), as quais têm como principal usuário o mercado de capitais.

O Brasil iniciou o processo de convergência com o advento da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, passando a participar do grupo de mais de 120 países que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board (IASB)*.

O modelo de regras adotado até então, foi alterado para um modelo baseado substancialmente em princípios e com foco nos usuários. Segundo Lopes (2011), essa convergência contribuiu consideravelmente na necessidade de maior julgamento (Poder discricionário) por parte da administração, e passou a exigir novos conhecimentos dos contadores que até então estavam restritos a outras áreas, como a Economia.

Dye e Verrecchia (1995) indicam que um padrão contábil baseado em princípios proporciona uma qualidade melhor das informações contábeis. Entretanto a falta de regras claras e definidas acarreta o aumento do poder discricionário dos gestores na definição das práticas contábeis (FRANCIS; HANNA e VICENTI, 1996).

As políticas contábeis discricionárias devem estar dentro dos limites dos princípios conforme destaca Kothari, Ramanna e Skinner (2010). Entretanto, a subjetividade e o julgamento na definição das políticas discricionárias, em especial naquelas onde existem premissas econômicas futuras tais como taxa de juros, taxa de inflação entre outras podem acarretar um volume de *accruals* (resultado sem efeito no caixa) discrepante com a efetiva geração de caixa da empresa.

Mudanças implementadas no processo de convergência impactaram a avaliação dos ativos não circulantes e de longa duração. Entre as mudanças destacam-se: (i) nova definição para os ativos conforme pronunciamento - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) adoção do valor justo para fins de mensuração de determinados ativos (CPC's 04 e 27, 28, 31, 46), (iii) exclusão da definição de ativo permanente (Lei 11.638/07), (iv) proibição da reavaliação do ativo imobilizado e intangível (Lei 11.638/07), (v) necessidade de revisão da vida útil dos ativos para fins de depreciação e amortização (CPC's 04 e 27), (vi) criação da figura do ativo intangível (CPC 04), (vii) necessidade do teste de recuperabilidade (CPC 01 - R1) e, (viii) alocação do preço de compra para aquisições em combinações negócios (CPC 15).

2.2 DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA DOS ATIVOS NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS

O estudo dos ativos é tão importante porque a sua definição e avaliação estão ligadas à multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas a serem reconhecidas pelas Empresas (IUDÍCIBUS, 2015).

Ativo é uma reserva de serviços que podem ser liberados ao longo da vida do ativo. Sempre que parte desses serviços desaparece com o uso do ativo, com seu desgaste, ou por algum outro motivo, o nível do potencial de geração de serviços diminui, requerendo que parte seja transferida para despesas, a um outro ativo ou para uma conta de perda (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.327)

O pronunciamento técnico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CFC, 2013) estabelece que os “ativos correspondem a recursos controlados pela empresa como resultado de eventos passados e do que se espera que fluam futuros benefícios econômicos futuros”. Ainda conforme o referido pronunciamento, “o benefício econômico futuro incorporado no ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a empresa” (CFC, 2013).

2.3 MENSURAÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES E DE LONGA DURAÇÃO

Conforme Martins (2000) existem várias formas de se avaliar a performance de uma empresa que podem ser: custo histórico das transações ocorridas, custo corrente decorrentes da reposição dos elementos consumidos, e valor presente dos fluxos de caixa para ativos. Essas avaliações consideram em última instância um único objetivo

que é a geração de caixa pela empresa. São visões temporalmente diferentes do mesmo objeto, que é o patrimônio da empresa ou do caixa a ser gerado.

Diversos pronunciamentos contábeis emitidos no processo de convergência definem os critérios de mensuração dos ativos. Esses critérios, de forma geral utilizam como premissa básica mensurar o potencial de benefício econômico.

Especificamente para os ativos não circulantes e de longa duração os pronunciamentos contábeis CPC 04 (R1) - Intangível, CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, CPC 19 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 27 – Imobilizado, definem os seguintes critérios de mensuração: (i) imobilizado e intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou valor justo quando aplicável (permutas e/ou decorrente de combinação de negócios) deduzido de depreciação e eventuais perdas por recuperabilidade (ii) e participações societárias em coligadas são mensurados preponderantemente pelo custo de aquisição, acrescido ou deduzidos do resultado de equivalência patrimonial quando aplicável deduzidos de eventuais perdas por recuperabilidade.

Nas transações de combinações de negócios (CPC 15 – R1), os ativos não circulantes adquiridos pela adquirente são mensurados ao valor justo e amortizados de acordo com a vida útil, deduzidos de eventual perda por recuperabilidade.

Todos os ativos não circulantes e/ou de longo prazo são deduzidos de eventuais provisões para perda com recuperabilidade quando aplicável.

Em muitas empresas, os ativos não circulantes e/ou de longa duração representados pelo imobilizado e intangível têm um peso relevante na composição dos ativos e contribuem de forma relevante na formação dos resultados das

empresas. Destaque para as indústrias dependentes dos ativos fixos (imobilizado) para fabricar seus produtos (STICKNEY e WEIL, 2001).

Nesse contexto, é esperado que as empresas acompanhem periodicamente se existem indicadores de desvalorização nos ativos os quais possam requerer o teste de recuperabilidade e eventualmente reconhecimento de perda (CPC 01-R1).

2.4 IMPACTOS ECONÔMICOS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NA MENSURAÇÃO DOS ATIVOS

Wonnacott e Wonnacott (1994) mencionam que, embora desejáveis para a economia, as condições da atividade econômica raramente permanecem uniformes e estáveis. Efeitos de crises ou turbulências econômicas têm provocado significativos debates sobre os impactos que produzem nos países, nas sociedades e nas empresas. Crises econômicas provocam um custo relevante para as empresas e, portanto, uma significativa e persistente queda na performance financeira que pode resultar em insolvência e conseqüentemente perdas para os investidores e credores (HABIB, UDDIN BHUIYAN e ISLAM, 2013). O ambiente econômico e ou a atividade econômica de um país afeta o valor dos ativos com impacto no resultado (PRAKASH, 2010).

As demonstrações contábeis devem proporcionar e/ou refletir a realidade econômica mais rapidamente pois um aspecto importante da relação entre a economia e contabilidade é a oportunidade ou *timeliness* (COSTA, REIS e TEIXEIRA, 2012).

Portanto, em cenários de incertezas econômicas, os preparadores das demonstrações contábeis devem assegurar que os indicadores econômicos adversos ou não foram sensibilizados adequadamente nos critérios de mensuração dos ativos

e passivos. É possível que gestores empreguem um alto grau de discricionariedade para valoração dos ativos (LAUX; LEUZ, 2009).

2.5 TESTE DE RECUPERABILIDADE

2.5.1 Visão geral

Um ativo não é recuperável quando o valor contábil excede alguma mensuração do valor justo. (CAMPBELL, 1992).

De forma geral, esse teste recuperabilidade se obriga para todos os ativos, sem exceção. Trata-se de uma regra antiga e que aparentemente não vinha sendo observada até o processo de convergência. Até a publicação do pronunciamento CPC 01 (Revisado em 2013), as provisões para perdas de ativos estavam concentradas preponderantemente nos ativos financeiros como contas a receber e ativos não financeiros como estoques. Poucas empresas avaliavam a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas nos ativos classificados como não circulantes e/ou de longa duração. (Manual de contabilidade 2018)

O pronunciamento contábil que trata sobre o teste de recuperabilidade foi um dos primeiros pronunciamentos publicados pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), antes mesmo do processo de convergência estabelecido pela Lei 11.638/07 (ZANDONAI; BORBA, 2009).

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 01-R1 (CFC, 2013), “O valor recuperável é representado pelo maior valor entre: (i) o valor justo menos os custos com venda do ativo e o (ii) valor em uso”. Caso o valor contábil esteja maior que o valor recuperável, a Empresa deve reconhecer uma provisão para perda no resultado ou no patrimônio, caso o ativo tenha sido reavaliado em períodos anteriores.

O teste de recuperabilidade envolve alto grau de julgamento. Em determinados momentos é necessário o conhecimento profundo dos contadores e da administração de premissas econômicas e financeiras (FLORES, E; BRAUNBECK, G; CARVALHO N. 2018). A avaliação da recuperabilidade de ativos de longa duração envolve significativos desafios como a estimativa fluxo de caixa futuro para determinação do valor em uso e determinação do valor justo entre outras. (RIEDL, 2004).

A subjetividade na aplicação do teste de recuperabilidade e poder discricionário dos gestores fazem parte de um terreno fértil para uma possível manipulação dos resultados pelas Empresas (FRANCIS; HANNA e VICENTI, 1996, PEETTATHAWATCHAI; ACARANUPONG, 2012).

2.5.2 Experiência internacional

No arcabouço contábil americano, existe o pronunciamento contábil - SFAS 121 - *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets* que é semelhante na sua essência ao IAS 36 – *Impairment test*.

Algumas pesquisas indicam que no mercado americano muitas baixas contábeis não eram feitas ou substancialmente foram feitas somente após a implementação do SFAS 121 - *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets*, uma vez que fazer ou não fazer determinada provisão para perda com recuperabilidade era discricionária do gestor, como afirmam Francis, Hanna e Vicenti (1996) e Zucca e Campbell (1992).

Riedl (2004) alega que no mercado americano as baixas cresceram durante o ano de 1990 e os usuários das demonstrações financeiras solicitaram ao *Financial Accounting Standards Board* (FASB) que respondeu com a publicação do

pronunciamento em 1995 – SFAS 121 - *Accounting for Recuperabilidade Of Long-Lived Assets*, justamente com o objetivo principal de reduzir a flexibilidade de reconhecer ou não eventuais perdas e ainda melhorar a divulgação.

Alciatore (2000) confirma o entendimento de Riedl (2004), sobre a possível manipulação dos resultados no teste de imparidade, evidenciada em sua pesquisa nas empresas de Petróleo quanto a aplicação do teste de imparidade antes da publicação do SFAS 121 - *Accounting for Recuperabilidade Of Long-Lived Assets*.

2.5.3 As regras para implementação do teste de recuperabilidade no Brasil

A Lei 11.638/07(BRASIL, 2007), em seu artigo 183, parágrafo 3º, inciso I, instituiu a obrigatoriedade das Empresas de:

[...] efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (BRASIL, 2007).

Para atendimento ao definido no inciso I, parágrafo 3º, do artigo 183 da lei 11.638/07, foi emitido o pronunciamento contábil CPC 01 (revisado em 2013)

O pronunciamento contábil CPC 01 (CFC, 2013) estabelece que “ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização” para fins de teste de imparidade, a Empresa deve verificar se existem indicações de fontes externas, tais como:

[...] indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (b) mudanças significativas com

efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo; (d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado [...]. (CFC, 2013).

Uma vez identificada à desvalorização, a empresa deve testar se o valor do ativo ou unidade geradora de caixa não está registrada por valor superior ao valor recuperável (CPC 01). Para determinar o valor recuperável, a Entidade deve utilizar o maior entre o “Valor justo de venda do ativo menos o custo de vender” e o “Valor em uso”.

Valor justo, conforme pronunciamento CPC 46 - Mensuração do valor justo, é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para fins do teste de recuperabilidade do valor justo apurado, devem ser excluídas as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, formando o valor justo menos o custo de vender o ativo (Item 28 do CPC 01).

Valor em uso consiste em estimar fluxos de caixas futuros do ativo e descontar a uma taxa que reflita os riscos e as incertezas do dinheiro ao longo do tempo. Segundo o item 30 do CPC 01 (CFC, 2013), “os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo”.

[...] estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com o ativo; b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros; (c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco; (d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar [...] (CFC, 2013).

Riedl (2004) afirma que em condições normais fatores econômicos devem ser considerados na avaliação da performance futura, sendo um fator crítico no processo de avaliação por recuperabilidade dos ativos de longa duração.

Nem sempre é possível encontrar o valor justo menos o custo de vender dos ativos não circulantes e/ou de longa duração devido à ausência de liquidez ou de mercado para negociação (CATTY, 2013). Nesse caso, consoante CPC 01 (R1), a empresa deve então considerar apenas o cálculo do valor em uso.

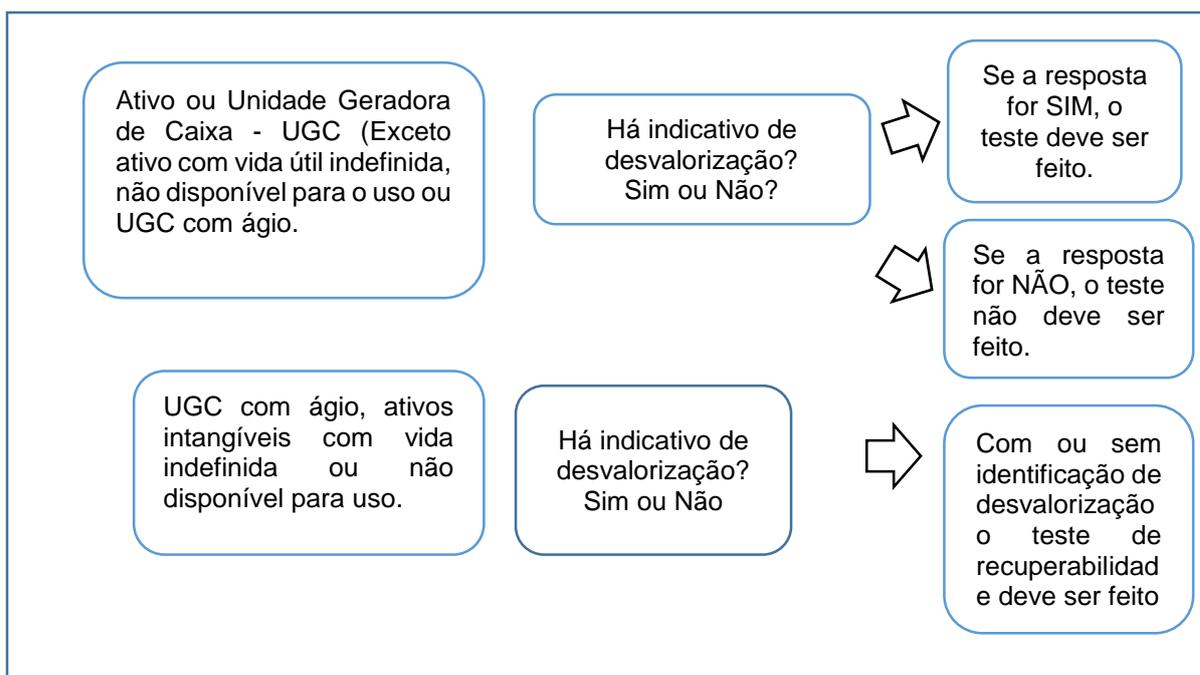
Sobre a taxa de desconto, o pronunciamento contábil CPC 01(CFC, 2013) diz que ela:

[...] deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca:

- (a) do valor do dinheiro no tempo; e
- (b) dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. (CFC, 2013).

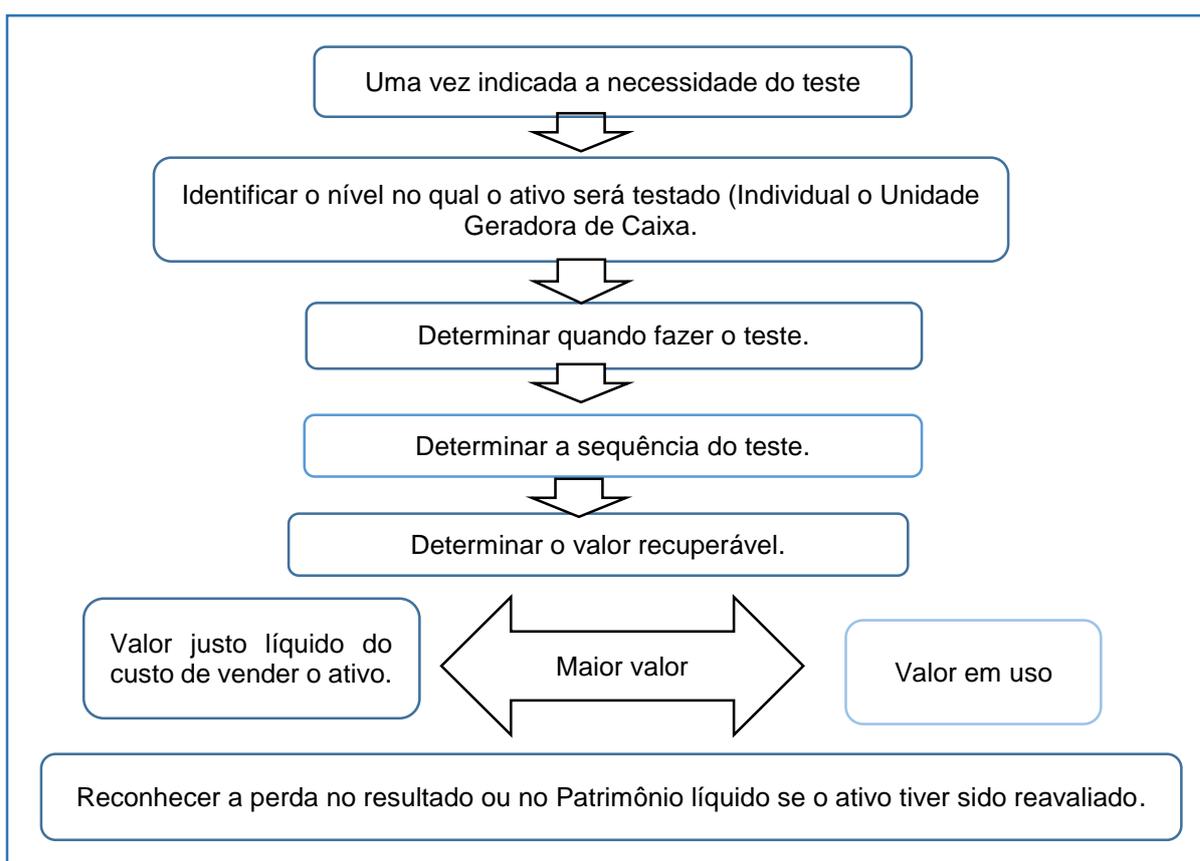
A metodologia mais usual para cálculo da taxa de desconto na obtenção do valor em uso de um ativo, consiste em encontrar o Custo Médio Ponderado de Capital – WACC (Weighted Average Cost of Capital) o qual deve ser aplicado para descontar o fluxo de caixa (KPMG 2017). Essa metodologia emprega no cálculo a apuração do custo médio do capital próprio e de terceiros. Assim, entre outros fatores, quanto maior for a taxa de inflação, taxa de juros e risco do país, maior será a taxa de desconto a ser utilizada, acarretando um menor valor presente líquido dos ativos.

A seguir o passo a passo para realização do teste de recuperabilidade:



Quadro 1: Identificando a necessidade do teste

Fonte: Elaborado pelo autor.



Quadro 2: Passo a passo para elaboração do teste

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.6 CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

2.6.1 Demonstrações verdadeiras e fidedignas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), logo após a emissão das primeiras demonstrações contábeis emitidas com o processo de convergência concluído em 2010, emitiu o parecer de orientação CVM 37 de 22 de setembro de 2011, ressaltando que o ordenamento contábil trazido a partir da promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 incorporou diversas inovações à contabilidade brasileira com o intuito de produzir demonstrações contábeis mais úteis aos investidores e aos demais usuários externos em seus processos de alocação de recursos visando melhorar a infraestrutura informacional do mercado de capitais nacional, reduzindo assimetrias.

Como órgão regulador do mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - vem emitido anualmente comunicados para as Companhias chamando a atenção em relação a observações relevantes quanto à preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

O Ofício CVM 01/2018 de 10 de janeiro de 2018, entre outros itens ressalta dois pilares conceituais nos quais está assentada a informação contábil, que são: a) relevância e b) representação fidedigna. Ressalta a CVM que se a informação contábil não é relevante ou se não representa com fidedignidade a realidade que deve ser reportada, não deve ser divulgada. A aplicação não sistemática das normas de contabilidade e a sua aplicação enviesada conduz a situações em que o investidor pode ser induzido ao erro; situações nas quais o investidor é levado a interpretar equivocadamente uma determinada realidade econômica, cujo reporte tenha sido

efetuado de modo distorcido. Tais situações não podem ser admitidas para informações contábeis prestadas por companhias abertas.

2.6.2 Visão da CVM sobre o teste de recuperabilidade

No comunicado 01/2017 de 12 de janeiro de 2017, a CVM ressalta que o cenário econômico de 2016 com retração econômica e diversas evidências externas sugerindo incertezas quanto à recuperação de capital investido em ativos, requer a necessidade de se proceder ao teste de recuperabilidade para ativos tangíveis e intangíveis.

Em 2018, por meio do Ofício 01/2018 de 10 de janeiro de 2018, a CVM volta a ressaltar que o teste de recuperabilidade continua sendo objeto de preocupação por parte das áreas técnicas da CVM no tocante ao seu reporte financeiro. Essa preocupação também pode ser verificada nos trabalhos de auditoria independente. Na pesquisa feita pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON com 546 companhias foi revelado que 32% das Companhias abertas apresentaram “impairment” ou “teste de recuperabilidade” como um dos principais assuntos de auditoria (PAAs) identificados no exercício social encerrado em 31.12.2016, representando o PAA de maior frequência observada.

2.7 INDICADORES DE DESVALORIZAÇÃO

O pronunciamento contábil CPC 01(R1) define uma lista de indicadores de desvalorização externos e internos para observar na realização do teste de recuperabilidade. Essa lista não é exaustiva, devendo a administração da Empresa avaliar os indicadores necessários para execução do teste.

Considerando as limitações decorrentes de apuração de itens internos de desvalorização, e que não sejam observáveis para fins desta pesquisa utilizei da lista do pronunciamento (CPC 01 – R1) os seguintes itens que obrigatoriamente requerem a aplicação do teste quais sejam: a) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo; (b) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.

Em momento de crises econômicas como a que vivenciamos no período de 2012 a 2017, com queda significativa na atividade econômica, seria de se esperar que as empresas adotassem uma postura mais conservadora na preparação e divulgação nas demonstrações contábeis em relação ao cenário econômico refletindo, quando necessário, os impactos econômicos decorrentes das turbulências.

Nesse contexto, para fins de avaliação de mudanças econômicas, considere os indicadores Taxa Selic, Produto Interno Bruto e alteração no risco país, pois são componentes que afetam o cálculo da taxa de desconto (WACC), utilizada para desconto do fluxo de caixa.

2.7.1 Indicadores econômicos – Taxa Selic, Produto Interno Brasileiro (PIB) e Risco País

No período de 2010 a 2017, a economia brasileira vivenciou o término de bons resultados mesmo após a crise de internacional de 2008 e experimentou uma crise severa principalmente no biênio 2014/2015 com redução parcial dos reflexos

negativos apenas no final de 2016 e 2017. O quadro a seguir mostra as razões da escolha desses indicadores.

INDICADOR	MOTIVAÇÃO	IMPACTO
Taxa Selic (Fonte: BACEN)	É considerada como uma taxa básica de juros da economia brasileira (ASSAF 2016). Passivos onerosos são baseados em taxas de juros de mercado e compõem o custo de capital terceiros no cálculo do WACC.	Quanto maior essa taxa menor será o valor presente líquido do ativo e/ou unidade geradora de caixa (UGC).
Prêmio de risco Brasil (Fonte: EMBTI)	Representa o risco do país em relação aos papéis dos EUA. Esse prêmio de risco compõem a taxa de desconto e reflete a capacidade do país no cumprimento de suas obrigações.	Quanto maior o risco, maior será o impacto na taxa de desconto que irá reduzir o valor presente líquido do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC).
PIB – Produto Interno Brasileiro (Fonte: IPEA)	Representa a riqueza gerada do país por meio de serviços e produtos.	A redução do PIB implica em redução da atividade econômica do país e por consequência no volume de vendas das empresas, comprometendo o fluxo de caixa estimado que posteriormente será descontado pela taxa WACC.

Quadro 3: Escolha dos indicadores
Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolha desses indicadores são aqueles que usualmente são utilizadas pelas principais empresas de avaliação como KPMG, PwC, EY e Deloitte.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa Selic no período de 2010 a 2017. A evolução desses indicadores, demonstra uma potencial queda nas atividades das empresas, reduzindo a receita e o fluxo de caixa projetado e o aumento na taxa Selic um impacto no custo financeiro das empresas representando, portanto, um aumento na taxa de desconto a ser utilizada no fluxo de caixa a ser descontado para ser encontrado o valor em uso com destaque para os anos de 2014 e 2015.

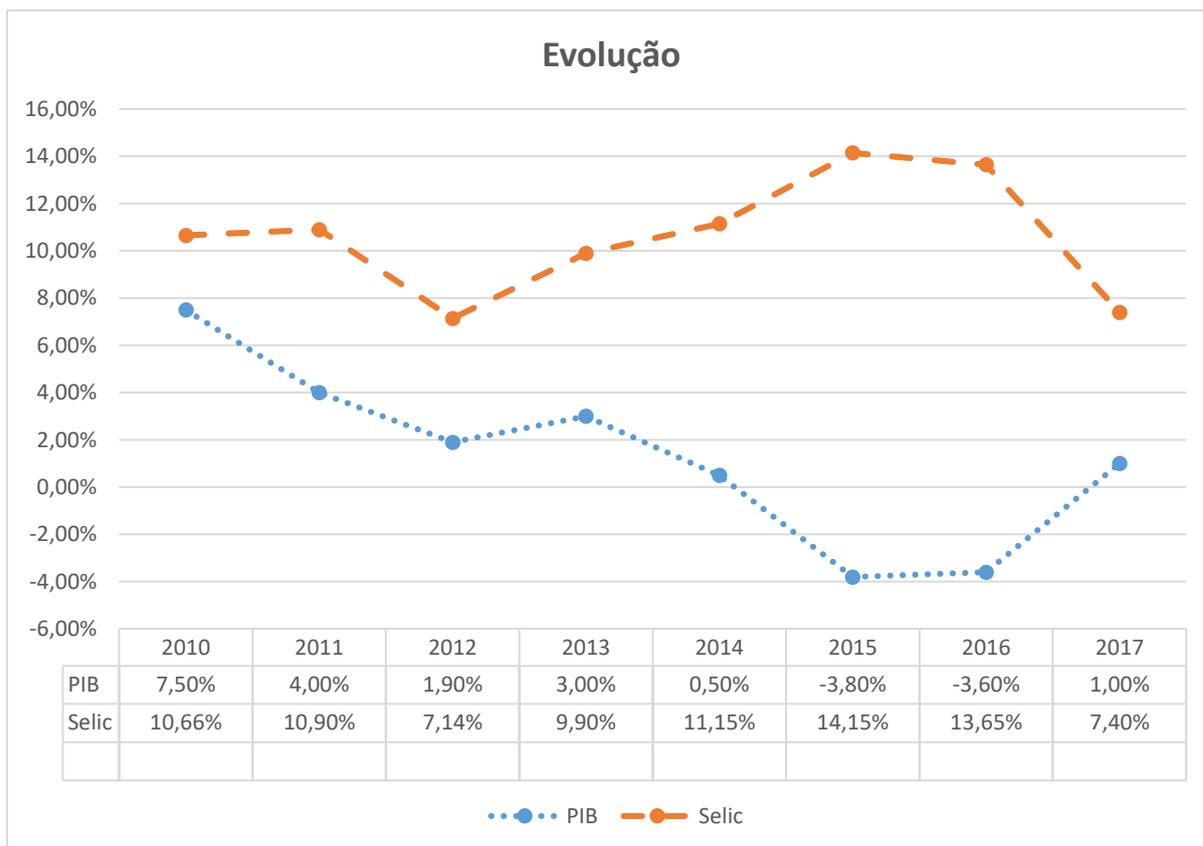


Gráfico 1: Evolução de indicadores 2010/2017

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Prakash 2010, em períodos de recessão é esperado uma queda no valor dos ativos, pois os potenciais compradores das mercadorias e/ou serviços estarão incapazes e/ou indispostos a consumir. Nesse contexto, espera-se que as receitas das empresas sejam reduzidas impactando negativamente o retorno dos ativos e conseqüentemente requerendo o teste de imparidade, pois o fluxo de caixa estimado será menor.

O gráfico 2 a seguir demonstra a evolução do risco país no período. Um vez que o risco país se agrava a taxa de desconto aumenta e possui um impacto maior no fluxo de caixa a ser descontado.

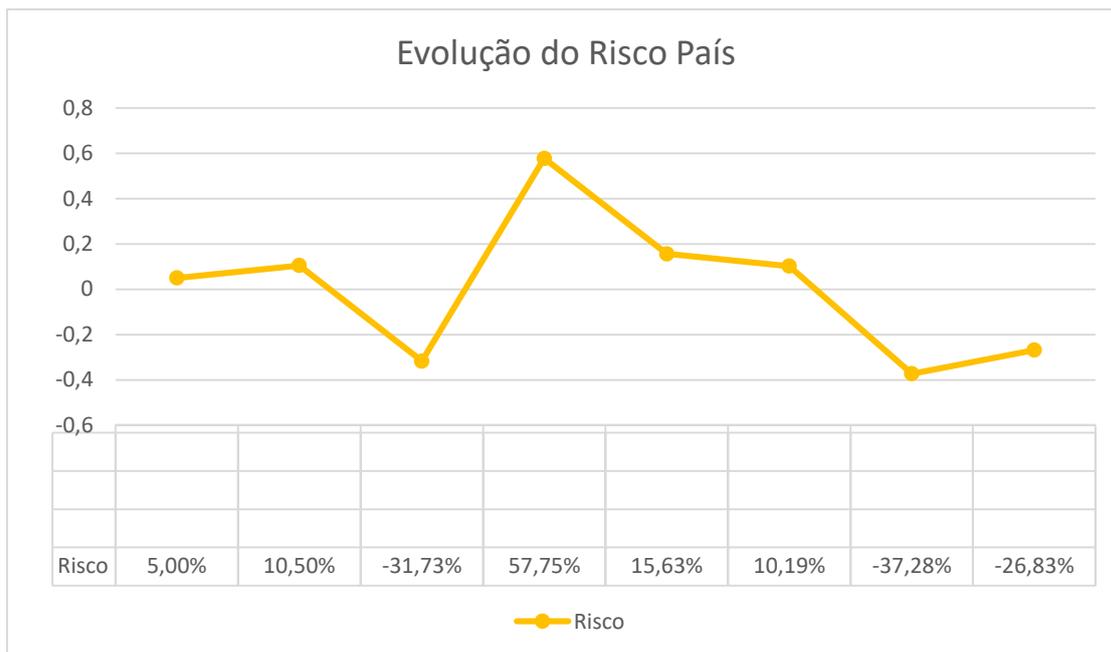


Gráfico 2: Evolução do risco país 2010/2017

Fonte: Elaborado pelo autor

2.7.2 Valor de mercado das Companhias versus patrimônio contábil

A Empresa deve realizar o teste de imparidade quando o valor contábil do patrimônio líquido é maior do que o valor de suas ações no mercado (CPC 01 - R1).

O valor de mercado das ações negociadas no mercado reflete na sua essência as expectativas dos investidores na geração futura de caixa das Empresas. Essa definição de valor implica a avaliação de informações de mercado, rumores, eventos políticos entre outras (FIGLIOLI; LEMES e LIMA, 2017).

Nesse contexto, se o valor de mercado é para servir como base para valoração da empresa, então, provavelmente, baixas de ativos podem ocorrer quando o valor presente líquido da expectativa de geração de caixa é menor que o valor reconhecido na contabilidade requerendo, portanto, o teste de recuperabilidade.

2.8 HIPÓTESES

Os ativos não circulantes de longa duração podem estar desvalorizados em momentos de crises e/ou na existência de indicadores econômicos adversos e, assim, não refletirem o potencial de geração de benefício econômico futuro, necessitando que a empresa teste o seu valor recuperável e reconheça eventual perda. Assim serão testadas as seguintes hipóteses em relação aos indicadores selecionados.

- H1 – Aumento na taxa SELIC aumenta o custo de capital das empresas e, portanto, a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade;
- H2 – Aumento do risco país aumenta a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade;
- H3 – Redução do Produto Interno Bruto (PIB) aumenta a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade;
- H4 – Valor de mercado da Empresa inferior ao patrimônio líquido contábil possuem maior probabilidade de realização do teste de recuperabilidade.

A execução do teste de recuperabilidade não necessariamente implica o reconhecimento de perda por desvalorização dos ativos. Assim, uma vez feito o teste de recuperabilidade, serão testadas as seguintes hipóteses:

- H5 – Queda na receita e/ou no retorno dos ativos aumentam a probabilidade do reconhecimento de perda;
- H6 – Valor de mercado da companhia/entidade inferior ao patrimônio líquido contábil aumenta a probabilidade de reconhecimento de perda.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

A justificativa para utilização do período de 2010 a 2017 decorre dos seguintes fatores: (i) adoção integral das normas internacionais no arcabouço brasileiro no exercício findo em 31 de dezembro 2010 (ii) conforme quadro 1 no período de 2012 a 2016 a economia brasileira sofreu um impacto negativo relevante, decorrente do resíduo da crise internacional de 2008/2009 e local em 2014/2015, no qual se verificou uma maior severidade na desvalorização de indicadores econômicos com possível reflexo nos ativos das empresas.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

A pesquisa leva em consideração todas as companhias brasileiras que divulgaram demonstrativos contábeis no período selecionado e fizeram parte do IBOVESPA nesse mesmo período. A justificativa pela escolha dessa amostra decorre do fato de essas empresas que participam do IBOVESPA possuírem maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Conforme consta no site da B3 não estão incluídos nessa categoria BDRs¹ e companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, empresas em regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem. (BM&FBOVESPA, 2016).

¹ (Brazilian Depositary Receipts)

A tabela a seguir demonstra a relação da quantidade de empresas analisadas que efetuaram o teste de recuperabilidade em cada ano com 84,3% (372), sendo que desse total 28,3% (125 empresas) reconheceram perda por recuperabilidade.

TABELA 1: QUANTIDADE DE EMPRESAS ANALISADAS EM CADA EXERCÍCIO

Exercício	Número de Empresas cada ano	Número de Empresas com teste de recuperabilidade	No de Empresas com registro de provisão para perda	Relação de empresas com provisão de perda sobre o total de Empresas
2010	53	46	12	22,6%
2011	54	45	12	22,2%
2012	54	44	12	22,2%
2013	56	46	13	23,2%
2014	56	46	18	32,1%
2015	56	46	17	30,3%
2016	56	49	21	37,5%
2017	56	50	20	35,7 %
Totais	441	372	125	28,3%

Fonte: Elaborado pelo autor.

No período passaram a compor o IBOVSPA a Smiles (2013) e BB Seguridade (2014).

A Tabela 2 a demonstra a comparação entre o valor de mercado das empresas e o valor contábil. De forma global a relação valor de mercado em relação ao valor contábil ficou acima de 1,00, indicando que não houve uma redução geral no valor de mercado.

TABELA 2: VALOR DE MERCADO, VALOR PATRIMONIAL, VARIAÇÃO NO ANO E RELAÇÃO VALOR DE MERCADO/VALOR PATRIMONIAL

Exercício	Total do patrimônio contábil de cada empresa em 31 de dezembro de cada ano	Total do valor de mercado de cada empresa em 31 de dezembro de cada ano	Variação no ano do total do Valor de Mercado	Relação do Valor de Mercado em relação ao Patrimônio Líquido
2010	872.500.287	1.916.800.977	12,00%	2.20
2011	1.007.879.369	1.709.236.775	- 10,83%	1.70
2012	1.056.408.967	1.923.512.459	12,54%	1.82
2013	1.089.485.483	2.928.187.816	0,24%	1.77
2014	1.074.933.106	1.818.284.389	- 5,70%	1.69
2015	1.037.686.293	1.587.951.777	-12,67	1.53
2016	1.023.032.276	2.112.955.281	33,06%	2.07
2017	1.449.755.690	2.627.132.882	24,33%	1.81

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2 VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA CADA EMPRESA

As seguintes variáveis e fontes utilizadas na coleta de dados estão descritas a seguir.

ITENS ANALISADOS/COLETADOS	FONTE
Existência de teste de imparidade no imobilizado	Notas Explicativas
Existência de teste de imparidade no intangível (em uso ou não)	Notas Explicativas
Existência de teste de imparidade em participações societárias	Notas Explicativas
Valor da perda reconhecida no exercício	Notas Explicativas
Patrimônio líquido contábil	Economática
Valor de mercado	Economática
Retorno sobre os ativos - (ROA)	Economática
Receita líquida	Economática
Variação no ROA (ROA do exercício corrente/ROA exercício anterior)	Cálculo autor
Variação na Receita Líquida (REC corrente/REC exercício anterior)	Cálculo autor
BTM (Valor de mercado inferior ao valor do patrimônio contábil)	Cálculo autor

Quadro 4: Variáveis utilizadas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na ausência de informações quantitativas e qualitativas nas notas explicativas, foi considerado como feito o teste de recuperabilidade somente para as empresas que informaram ou registraram algum valor de provisão sobre os ativos não circulantes e de longa duração.

3.3 MODELO DE REGRESSÃO

Defini dois modelos de regressão sendo o primeiro para analisar se as variáveis econômicas (Taxa Selic, risco país e PIB) e o valor de mercado inferior ao valor contábil foram determinantes da execução do teste de recuperabilidade. O segundo modelo serve para verificar a relação do reconhecimento de perda com a variação na receita líquida, variação no ROA (Retorno dos ativos) e relação do valor de mercado com o patrimônio contábil.

1º. Equação/Modelo

$$\text{Teste_rec} = \beta_0 + \beta_1\text{BTM} + \beta_2\text{SELIC} + \beta_3\text{PIB} + \beta_4\text{risco} + \text{EC} + \sum \text{controles}$$

(*Ágio, ativos intangíveis não disponíveis ao uso*)

Em que:

Teste_rec (Teste de Recuperabilidade) = Execução do teste pela Empresa

sendo que 1 = fez o teste e 0 = Não fez o teste

Variáveis

Variável	Explicação
β_1 BTM – Relação entre o valor de mercado da Companhia e o patrimônio contábil	Representa uma dummy = 1 para o valor de mercado das ações da empresa é inferior ao patrimônio contábil e 0 não.
β_2 Selic - Representa a variação no custo de capital das empresas	Representa uma dummy = 1 para a taxa Selic aumentou e 0 não.
β_3 PIB - Representa a variação positiva ou negativa na geração de riqueza do país.	Representa uma dummy = 1 para reduziu o PIB no ano e 0 para não reduziu.
β_4 Risco País - Representa a variação positiva ou negativa do risco país.	Representa uma dummy = 1 para aumento do risco país no ano em relação ao ano anterior e 0 não aumentou.

Variáveis de \sum controles

β_5 - Ágio	Representa uma dummy = 1 para possui ágio e 0 para não possui ágio.
B_6 – Aiaed – Ativos não disponíveis ao uso ou venda	Representa uma dummy = 1 possui ativos intangíveis não disponíveis para venda ou uso e 0 não possui.

2º. Equação/Modelo

$$Prov = \beta_0 + \beta_1\Delta Rec + \beta_2\Delta ROA + \beta_3 BTM$$

Em que:

Prov (Reconhecimento de Perda) = Reconhecimento da perda após o teste de recuperabilidade sendo que 1 = reconheceu perda e 0 = Não reconheceu

Variáveis

Variável	Explicação
$\beta_1\Delta Rec$	Varição da receita líquida no ano corrente em relação ao ano anterior
$\beta_2\Delta ROA$	Variável que indica o retorno sobre os ativos no ano corrente em relação ao ano anterior.
$\beta_3 BTM$	Relação entre o valor de mercado da empresa e o patrimônio líquido contábil.

3.4 VARIÁVEL DEPENDENTE

Baseado na coleta das informações nas demonstrações contábeis, utilizei dados obtidos nas notas explicativas das informações se a empresa efetuou ou não em cada exercício o teste de recuperabilidade e se foi reconhecida algum valor de perda.

Para o primeiro teste utilizei o modelo regressão LOGIT. Esse modelo consistiu em mensurar se foi ou não feito o teste de imparidade. O teste de recuperabilidade foi considerado como uma dependente binária. Para o segundo teste foi utilizado também o modelo de regressão LOGIT. O reconhecimento de perda foi considerando como uma dependente binária.

3.5 VARIÁVEIS DE CONTROLE

Foram consideradas as seguintes variáveis de controle para eliminar as empresas que estavam obrigadas a efetuar o teste de imparidade independentemente de indicador de desvalorização.

Ágio - Conforme CPC 01 (R1) – Empresas com ágio devem efetuar o teste pelo menos uma vez ao ano independentemente de qualquer indicador de desvalorização.

Ativos intangíveis não disponíveis para o uso – Conforme CPC 01 (R1) - Empresas como ativos intangíveis não disponíveis ao uso devem efetuar o teste pelo menos uma vez ao ano independente de qualquer indicador de desvalorização.

Capítulo 4

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que esse trabalho tem por objetivo avaliar empiricamente se determinados indicadores econômicos tiveram relevância no teste de recuperabilidade e no reconhecimento de eventual perda, esse capítulo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos.

. Na tabela 3 estão os itens da estatística descritiva referente ao modelo de regressão para o teste de recuperabilidade e na Tabela 4, os itens da estatística descritiva para reconhecimento de perda. O número de observações válidas corresponde a 441 com 84% das empresas executando o teste de recuperabilidade.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA PARA O TESTE DE RECUPERABILIDADE

Variável	Número de Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	1o. Quartil	Mediana	3o. Quartil	Máximo
Teste_recup	41	0,84	0,37	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
btm	441	0,23	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Tx_Selic	441	0,62	0,48	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
pib	441	0,75	0,43	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Prisco	441	0,50	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Ágio	441	0,85	0,36	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Aiaed	441	0,31	0,46	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação ao reconhecimento de perda aproximadamente 28,3% das empresas reconheceram perda por recuperabilidade em relação ao total de empresa analisadas e 33,6% sobre o total das empresas com teste de recuperabilidade.

TABELA 4: ESTATÍSTICA DESCRITIVA PARA O RECONHECIMENTO DE PERDA

Variável	Número de Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	1o. Quartil	Mediana	3o. Quartil	Máximo
Prov	371	0,28	0,49	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
var_roa	371	-0,81	10,16	-188,56	-0,35	-0,07	0,16	12,31
Var_rec	371	0,11	0,30	-1,00	0,00	0,08	0,18	1,09
btm1	371	0,23	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Ágio	371	0,85	0,36	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação aos indicadores econômicos houve no período, um aumento nas taxas de juros, inflação, aumento no prêmio de risco e redução no Produto Interno Bruto – PIB. Tal cenário é um claro indicativo de desvalorização para os ativos, o que ensejaria no mínimo a realização do teste de recuperabilidade como requerido pelo pronunciamento contábil CPC 01 (R1).

TABELA 5: ESTIMATIVAS DO MODELO PARA O TESTE DE RECUPERABILIDADE

Teste_recup	Coeficiente	Robustez Std. Err	Z	P>
btm	0.720	0.426	1.69	0.091
pib	-0.029	0,525	-0,06	0.955
Prisco	-0.076	0.657	-0.12	0.907
Ágio	3.784	0.383	9.87	0.000
Aiaed	-0.100	0.405	-0.25	0.805
Constante	-0;941	0.642.	-1.47	0.143

Dados Adicionais

Número de observações =	441
R-squared=	0.35

Fonte: Elaborada pelo autor.

TABELA 6: ESTIMATIVAS DO MODELO PARA O RECONHECIMENTO DE PERDA

Teste_recup	Coeficiente	Robustez Std. Err	Z	P>
var_roa	-0.030	0.026	-1.13	0.257
var_rec	-0.568	0.504	-1.13	0.260
btm	0.329	0.233	1.41	0.159
_coms	-0.491	0.268	-1.83	0.067

Dados Adicionais

Número de observações =	371
Pseudo R2	0.01

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados da Tabela 5 apresentam a correlação das variáveis explicativas do modelo com o reconhecimento do teste de recuperabilidade. Como base nesse

modelo, verifica-se que a taxa Selic que aumenta o custo de capital das empresas, prêmio de risco e redução do PIB, não apresentam correlação estatisticamente significativa, rejeitando-se as hipóteses H1 - Aumento na taxa Selic aumenta a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade, H2 – Aumento do risco país aumenta a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade; e H3 - Redução do Produto Interno Bruto (PIB) aumenta a probabilidade de realização do teste de recuperabilidade;

Na tabela 6, a variável BTM1 que representa a relação entre o valor de mercado da empresa com seu patrimônio líquido contábil apresentou correlação positiva e estatisticamente significativa com a aplicação do teste de recuperabilidade. Esses resultados confirmam o cumprimento da norma que exige o teste de recuperabilidade quando o valor de mercado é inferior ao patrimônio contábil e por consequência confirma-se a hipótese H4 - As empresas que possuem valor de mercado inferior ao patrimônio líquido contábil possuem maior probabilidade de realização do teste.

Foi possível verificar que as empresas com ágio fizeram o teste de recuperabilidade conforme requerido pelo pronunciamento contábil. Entretanto para os ativos ainda não em uso que também deveriam estar sujeitos ao teste de recuperabilidade não foi verificada significância.

Os resultados na Tabela 6 apresentam a correlação das variáveis explicativas do modelo com o reconhecimento de perda após o teste de recuperabilidade. Nenhuma das variáveis apresentou significância em relação ao reconhecimento rejeitando –se portanto a hipótese H5 – Queda na receita e/ou no retorno dos ativos aumentam a probabilidade do reconhecimento de perda e a hipótese H6 – Valor de mercado inferior ao patrimônio líquido contábil aumenta a probabilidade de reconhecimento de perda.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi verificar se indicadores econômicos são determinantes no teste de recuperabilidade e no reconhecimento de perda. Utilizei as empresas de capital aberta pertencentes ao IBOVESPA considerando a sua relevância e volume de negociação.

Como resultado observei que mesmo vivenciando um conjunto de indicadores econômicos adversos como aumento de taxa Selic, aumento do risco país e queda no PIB no período de 2010 a 2017, tais indicadores não foram determinantes para a execução do teste de recuperabilidade e consequentemente no reconhecimento de perdas por desvalorização. Essa situação contraria o disposto no pronunciamento CPC 01 (R1) – Valor recuperável de ativos, que requer a execução do teste quando existir indicadores externos que possam afetar o retorno dos ativos e consequentemente o resultado das empresas.

Para as empresas que possuem ágio e/ou aquelas como valor de mercado inferior ao patrimônio contábil, o resultado demonstrou significância estatística, demonstrando o atendimento da norma que estabelece a execução do teste no mínimo anualmente para essas situações. Para os ativos ainda não em uso ou para venda não foi verificada a significância, contrariando o disposto no normativo que requer o teste pelo menos uma vez em cada ano. Especificamente para os ativos não disponíveis para o uso e/ou venda, é possível que as notas explicativas não tenham sido divulgadas adequadamente pois esses ativos não são relevantes no contexto de cada empresa.

A não identificação de significância de indicadores econômicos como aumento da taxa de juros no teste de recuperabilidade e reconhecimento de perda é compatível como o resultado de Campagnoni (2017) que apurou para uma amostra de empresas de 52 países que o reconhecimento de perdas por recuperabilidade está mais relacionado a performance econômica da companhia do que no ambiente macroeconômico.

Em relação ao reconhecimento da provisão para perda, não identifiquei significância estatística. Esse resultado é contraditório com a afirmação de Prakash (2010) que menciona que em momentos de declínio da economia e em momentos de recessão seria de se esperar uma redução nos ativos. Esse resultado também contradiz com os achados de Peetathawatchai e Acaranupong (2012) que identificaram nas empresas tailandesas uma relação significativa no reconhecimento de perdas com a variação de indicadores macroeconômicos.

A falta de significância quanto ao resultado sobre o reconhecimento de perdas em momento de recessão pode indicar uma evidência relevante em relação a preocupação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio dos alertas nos comunicados anuais sobre necessidade do teste de recuperabilidade e reconhecimento de perda quando aplicável.

A falta do reconhecimento de eventual provisão para perdas distorce a apresentação dos saldos contábeis e compromete a avaliação a ser feita pelos usuários das informações contábeis, levando a decisões equivocadas.

Embora o reconhecimento de perda não tenha um efeito de caixa no momento do reconhecimento, a discricionariedade e o subjetivismo acaba sendo um terreno fértil para manipulação dos resultados nas empresas, principalmente quando a remuneração dos administradores está relacionada aos resultados contábeis.

Tendo em vista a subjetividade da aplicação do teste de recuperabilidade, cabe aos preparadores assegurar a sua correta aplicação, com uma divulgação mais robusta da que vem sendo apresentada. Itens importantes de divulgação requeridos no pronunciamento e ressaltados pela CVM na sua grande maioria não são informados e/ou divulgados. Como exemplo posso citar a definição das unidades geradoras de caixa, taxa de crescimento e período do fluxo de caixa que nem sempre são informados. Nesse caso é fundamental que os preparadores e auditores passem a exigir informações mais qualitativas para avaliação se as empresas fizeram ou não o teste de recuperabilidade, as premissas adotadas e fundamentadas e eventual reconhecimento de perda, permitindo uma análise mais robusta pelos usuários das informações.

Como principais limitações e dificuldades destaco a falta de informações quantitativas e qualitativas de informações prestadas pelas Empresas nas notas explicativas e que, portanto não seguem na grande maioria as exigências de divulgação requeridas pelo pronunciamento CPC 01 – (R1), sendo o assunto corroborado por Tavares 2010.

Para pesquisas futuras recomendo buscar possíveis respostas para contradição do fato de declínios na economia e/ou de recessão não possuírem relação com o reconhecimento de provisão após o teste de imparidade e reconhecimento da perda, sugerindo possível manipulação nos resultados e se a ausência de reconhecimento de perdas está relacionada a incentivos baseados em resultados contábeis aos gestores.

REFERÊNCIAS

ALCIATORE, Mimi; Peter Easton; Nasser Spear. Accounting for the impairment of long-lived assets: Evidence from the petroleum industry. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 2, p. 151-172, 2000.

ANDERSSON, S.; WENZEL, F. **Application of IAS 36–Impairment of fixed assets**. A qualitative study about the main challenges for companies regarding impairments, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Mercado financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BARBOSA, Josilene da Silva et al. Impairment no Goodwill: uma análise baseada na divulgação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 8, n. 2, P. 159-179, 2014.

BASU, Sudipta. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings¹. **Journal of accounting and economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BRASIL. Lei 11.638, de 28/12/2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28/12/2007. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BM&FBOVESPA. **Índice Bovespa**: Ibovespa. São Paulo, BM&FBOVESPA, 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-bovespa-ibovespa.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CAMPAGNONI, Mariana. **Influência das taxas de juros de curto prazo no Impairment de ativos de longo prazo**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2017.

CATTY, J. P. **IFRS: guia de aplicação do valor justo**. São Paulo: Bookman, 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2016**. 2017. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. **Ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018**. 2018. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Parecer de Orientação CVM 37 de 22 de setembro de 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC 00 (R1) - **Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. CPC 01 (R1) - **Redução ao valor recuperável de ativos**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. CPC 04 (R1) - **Intangível**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. CPC. CPC 15 (R1) - **Combinação de negócios**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. CPC. CPC 27 - **Imobilizado**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. CPC. CPC 46 – **Mensuração do valor justo**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Pronunciamentos técnicos contábeis**: 2012. Brasília: CFC, 2013. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

COSTA, F. M.; REIS, D. J. S.; TEIXEIRA, A. M. C. Implicações de crises econômicas na relevância da informação contábil das empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 2, p. 141-153, 2012.

DYE, R. A, VERRECCHIA, R. Discretion vs. uniformity: choices among GAAP. **The Accounting Review**, v. 70, n. 3, p. 389-415, 1995.

FIGLIOLI, B.; LEMES, S.; LIMA, F. G. IFRS: sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 75, p. 326-343, 2017.

FLORES, E.; BRAUNBECK, G.; CARVALHO, Nelson. **Teoria da contabilidade financeira**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2018.

FRANCIS, Jennifer; HANNA, J. Douglas; VINCENT, Linda. Causes and effects of discretionary asset write-offs. **Journal of Accounting Research**, v. 34, Special editon, p. 117-134, 1996.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTIS, E.; GELBCKE, E. R.; SANROS, A. D. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

HABIB, Ahsan; UDDIN BHUIYAN, Borhan; ISLAM, Ainul. Financial distress, earnings management and market pricing of accruals during the global financial crisis. **Managerial Finance**, v. 39, n. 2, p. 155-180, 2013.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KOTHARI, S. P.; RAMANNA, K.; SKINNER, D. J. Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 246-286, 2010.

KPMG. **Insights Into IFRS**: an overview. 2017.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. The crisis of fair-value accounting: making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 6, p. 826-834, 2009.

LOPES, Alexsandro Broedel. Teaching IFRS in Brazil: news from the front. **Accounting Education**, v. 20, n. 4, p. 339-347, 2011.

MACHADO, Esmael Almeida et al. Evidências de disclosure de valor recuperável de ativos em firmas listadas no mercado acionário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 1, p. 86-103, 2013.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de Estudos Fipecafi**, v. 13, n. 24, p. 28-37, 2000.

MARTINS, E.; LOPES, A. B. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

PEETATHAWATCHAI, Pimpana; ACARANUPONG, Kittima. Are impairment indicators and losses associated in Thailand?. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 10, n. 1, p. 95-114, 2012.

PENMAN, Stephen H. **Análise de demonstrações financeiras e security valuation**. São Paulo: Campus, 2013.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Práticas de divulgação do teste de redução ao valor recuperável de ativos pelas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 4, p. 113-144, 2011.

PRAKASH, Rachna. Macroeconomic factors and financial statements: Asset write-downs during recessions, **SSRN Papers**, February, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1014746>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

REES, Lynn; GILL, Susan; GORE, Richard. An investigation of asset write-downs and concurrent abnormal accruals. **Journal of Accounting Research**, v. 34, Supplement, p. 157-169, 1996.

RIEDL, Edward J. An examination of long-lived asset impairments. **The Accounting Review**, v. 79, n. 3, p. 823-852, 2004.

SILVA, Paula Danyelle Almeida da; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; SANTOS, Odilanei Morais dos. Análise da evidenciação das informações sobre o recuperabilidade dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas. **Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 3, p. 258-274, 2009.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso. Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 77-92, 2017.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; ZANDONAI, Fabiana. Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 2, p. 67-91, 2011.

STICKNRY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2000.

STRONG, J.S; MEYER, J.R. Asset write-downs: Managerial incentives and security returns. **The Journal of Finance**, v. 42, n. 3, pp.643-661, 1987.

SUN, Shipan; XU, Xia. Study on the Asset Impairment Accounting. **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 6, p. 199, 2010.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC 01–Redução ao valor recuperável de ativos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 1, p. 79-95, 2010.

VOGT, Mara et al. Determinantes do Reconhecimento das Perdas por Recuperabilidade do Goodwill. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 01-14, 2016.

WONNACOTT, P.; WONNACOTT, R. **Economia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

ZANDONAI, Fabiana; BORBA, José Alonso. O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste de recuperabilidade: uma análise dos Journals em língua inglesa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 24-34, 2009.

ZUCCA, Linda J.; CAMPBELL, David R. A closer look at discretionary write-downs of impaired assets. **Accounting Horizons**, v. 6, n. 3, p. 30, 1992.